



CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS
Gabinete do Vereador Cláudio Antônio Carilo de Magalhães

EMENDA IMPOSITIVA

EMENDA Nº _____/2022 AO PROJETO DE LEI Nº 078 DE 2022

EMENDA INDIVIDUAL ao Projeto de Lei Orçamentaria Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2023.

Em observância ao artigo 166, §9º da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 149A da Lei Orgânica Municipal de Ilhéus (LOMI) e artigo 23 da Lei nº 4.201/2022 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, propõe:

Art. 1º – Confira dotação orçamentária no valor de **R\$173.378,57 (cento e setenta e três mil, trezentos e setenta e oito reais, com cinquenta e sete centavos)** para ações de saúde descritas no quadro abaixo, extraído-se do **ÓRGÃO 3: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, UNIDADE: 09.00.2 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMAÇÃO: 10.122.010.2.008 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

UNIDADE: 09.00.2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
XX.XX IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AS PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME	100.000,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000,00
UNIDADE: 09.00.2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
XX.XX FINANCIAMENTO PARA AS AÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS TRANSEXUAL E TRAVESTIS (LGBTQIA+)	73.378,57
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.378,57

Art. 2º – Para fins de adequação da peça contábil, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer as modificações necessárias nos demais anexos da Lei Orçamentária Anual para fazer constar as dotações expressas no artigo 1º.



CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS
Gabinete do Vereador Cláudio Antônio Carilo de Magalhães

JUSTIFICATIVA

Historicamente o meu partido tem se colocado na defesa e valorização da vida dos mais vulneráveis, em especial na luta contra toda forma de violência, preconceito e discriminação. Entendemos que determinadas parcelas da sociedade ilheense necessitam de um olhar especial, tendo em vista os diversos relatos que nos chegam ferente a falta de acesso a determinados serviços públicos de qualidade, em especial o da saúde.

A presente proposta tem por objetivo contribuir com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da materialidade de políticas específicas voltadas à população negra (pessoas com doença falciforme) e a comunidade LGBTQUIA+, em especial as pessoas transsexuais e travestis.

Em relação as pessoas com doença falciforme, é preciso destacar que desde o ano de 2005 existe uma Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. Recentemente o governo do estado da Bahia instituiu tal política por meio da Portaria SESAB nº 548 de 12 de julho de 2022, determinando atribuições as gestões municipais, quais são:

Art. 4º - São atribuições da Gestão Municipal:

I - implementar a política no âmbito municipal;

II - definir e gerir os recursos orçamentários e financeiros para implementação desta política, pactuada no Conselho Municipal de Saúde e na Comissão Intergestora Bipartite;

III - garantir a inclusão do quesito raça/cor e o CID (Classificação Internacional de Doenças) D.57 - transtornos falciformes nos documentos de registro dos sistemas de informação em saúde;

IV - aprimorar os processos de formação profissional e educação permanente dos Trabalhadores do SUS para atendimento às necessidades das pessoas com doença falciforme;

V - fortalecer a gestão participativa com incentivo ao Controle Social;

VI - fomentar a realização de pesquisas e estudos sobre a doença falciforme.

Nesse sentido, para que tal norma seja viabilizada e não se torne uma letra morta, proponho a dotação orçamentária no valor de **R\$100.000,00 (cem mil reais)**



CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Gabinete do Vereador Cláudio Antônio Carilo de Magalhães

para **IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AS PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME.**

Por outro lado, a Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 instituiu a Política Nacional de Saúde LGBTI+, trata-se de um marco na saúde pública do Brasil, por reconhecer a vulnerabilidade dessa população. A política visa ser uma orientação a ações legitimadoras de atenção integral a população LGBTI+, seguindo o propósito do princípio da equidade presente no norte da constituição federal.

Nesse sentido, para que tal norma seja viabilizada e não se torne uma letra morta, proponho a dotação orçamentária no valor de **R\$73. 378,57 (setenta e três mil, trezentos e setenta e oito reais, com cinquenta e sete centavos)** para **FINANCIMENTO PARA AS AÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS TRANSEXUAL E TRAVESTIS (LGBTQIA+).**

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ilhéus, 08 de dezembro de 2022.

Vereador: Claudio Magalhães – PCdoB